

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 Fone: 4993-8999 Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 Fone: 4555-5500

Metalurgicos.SA.MA www.metalurgicosantoandre.org.br

Edição 971 | 25 de outubro de 2017





29/10, domingo, às 9h, Dia D da mobilização

Todos no Sindicato em defesa dos nossos direitos e conquistas Páginas 2 e 3



Metalúrgicos aprovam a contraproposta patronal com o reajuste salarial de 48% e encerram a greve, que durou 17 dias, e a Campanha Salarial "Mula virou onça", em junho de 1990

| Campanha Salarial |

Dia 29/10 é o Dia D da nossa mobilização

Próximo domingo, dia 29, é o Dia D de mobilização da Campanha Salarial 2017. O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá convoca todos os trabalhadores e trabalhadoras para a assembleia geral, a partir das 9h, em sua sede em Santo André. A organização da categoria é muito importante em defesa dos direitos conquistados com muita luta.

Como o Sindicato vem alertando os companheiros e companheiras em todas as reuniões e assembleias que vem realizando, esta Campanha Salarial é diferente de todas as outras, pois, no dia 11 de novembro, entra em vigor a reforma trabalhista que mudou a CLT em mais de 100 artigos, com medidas que precarizam as relações de trabalho.

Por que lutar pela renovação da convenção coletiva

A nossa convenção coletiva de trabalho é um calhamaço de mais de 100 itens que garantem aos trabalhadores da base vários direitos acima dos previstos em leis e que foram conquistados com greves e muita luta. Com a reforma traba-Ihista, alguns sindicatos patronais já deixaram claro na mesa de negociação que não pretendem mais renovar todas as cláusulas sociais. É o caso, por exemplo, do Sindipeças que ameaça enxugar bastante a convenção coletiva.

Com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), inflação usada para reajustar os salários, abaixo de 2% (até setembro, o INPC acumulado em 12 meses era de 1,63%), a renovação das cláusulas sociais é o mais importante nesta Campanha Salarial. Por isso, a união de todos os trabalhadores em torno do Sindicato forte será decisiva.

84 anos de luta. No domingo, dia 29, o Sindicato vai comemorar com os trabalhadores e trabalhadoras os 84 anos de luta, completados no dia 23 de setembro.

A luta faz a lei.













Sindicato esclareceu trabalhadores sobre reforma

Desde o dia 1º de setembro, o Sindicato realizou 13 reuniões com os trabalhadores e trabalhadoras por empresa ou por grupos de empresas. Em todos os encontros, o Departamento Jurídico do Sindicato explicou como a reforma traba-Ihista vai tirar os direitos dos trabalhadores, precarizando as relações de trabalho. Os companheiros e companheiras mostraram muita preocupação em relação aos seguintes pontos, entre outros:

- fim da obrigatoriedade de homologação no Sindicato

- trabalho intermitente, modalidade em que o trabalhador só recebe pelas horas trabalhadas
- permissão para gestantes e lactantes trabalharem em ambiente com até médio grau de insalubridade
- dificuldade de acesso à Justiça
- terceirização indiscriminada
- acordo individual (por exemplo, banco de horas que pode ser negociado entre patrão e empregado)
- demissão em comum acordo que tira direito ao seguro-desemprego.

















O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá realizou na sexta-feira, dia 20, o seminário "Reforma Trabalhista" com a participação de renomados palestrantes e um público de aproximadamente 400 pessoas, entre dirigentes sindicais, militantes, autoridades, advogados, empresários, profissionais de RH e de contabilidade.

Ao abrir o evento, Osmar César Fernandes, presidente em exercício do Sindicato, falou da importância do seminário, em especial, pelos palestrantes, cujos trabalhos são muito respeitados nas respectivas áreas em que atuam.

O seminário teve dois painéis, o primeiro presidido por Dr. Marcelo Firmino, coordenador técnico do Departamento Jurídico do Sindicato, e o segundo por Dr. Sérgio Martinez, advogado do Sindicato dos Comerciários do ABC.

Responsabilidade e diálogo.

Com tantas inconstitucionalidades e outros problemas da reforma, os palestrantes alertaram que o momento é de muita conversa entre as empresas e os sindicatos. "Neste momento, temos de ter bom senso, responsabilidade e diálogo", afirmou Dr. Raimundo Simão de Melo, consultor jurídico, advogado, procurador Regional do Trabalho aposentado, doutor em Direito das Relações Sociais e professor.

Mídia e a reforma. Dr. Marcelo José Madeira Mauad, advogado, doutor em Direito das Relações Sociais e professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, alertou que a mídia "vendeu" a ideia de que a reforma trabalhista é positiva para todos, pois vai gerar empregos e dar mais segurança jurídica às empresas. Além de os empregos criados serem de péssima qualidade, "pode levar empresa de boa fé a cair em ciladas",

explicou.

Inconstitucionalidade. Outro ponto destacado é a inconstitucionalidade de vários artigos da reforma trabalhista. Um exemplo é o artigo 223 que trata de reparação de danos e fixa critérios de indenização. "Não subsiste diante da Constituição que prevê reparação integral por danos", afirmou a Dra Adriane Reis de Araújo, procuradora regional do Trabalho MPT/SP e doutora em Direito de Relações Sociais.

Representação para precarizar. Para Dr. Davi Furtado Meirelles, desembargador do Trabalho – TRT2, mestre e doutorando em Direito do Trabalho, professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, ao prever a representação no local de trabalho a reforma deixou nas entrelinhas que a intenção é substituir os sindicatos. "O que estão querendo é usar uma conquista histórica dos

trabalhadores para fazer acordos dentro da empresa", criticou.

Tripé da reforma. Dr. Cesar Augusto de Melo, advogado, presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB/SP e coordenador do Curso de Pós Graduação em Direito Sindical da OAB/SP, explicou que são três os pilares da reforma trabalhista: precarizar os direitos individuais, dificultar o acesso à Justiça do Trabalho e enfraquecer o movimento sindical.

Quitação anual. Ao abordar o tema quitação anual, Dra. Erotilde Ribeiro dos Santos Minharro, juíza do Trabalho – TRT2, doutora em Direito do Trabalho e professora de Direito Processual do Trabalho da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, disse que o trabalhador se sentirá obrigado a assinar a quitação. "Ouso dizer que a quitação não tem validade nenhuma. Com o contrato em vigor, o trabalhador assina qualquer coisa", concluiu.





O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Presidente licenciado: Cícero Martinha **Presidente em exercício:** Osmar Cesar Fernandes **Diretores responsáveis:** Osmar Cesar Fernandes e Geovane Correa **Jornalista responsável:** Marina Takiishi MTb 13.404

Fotos: Rossini Handley Editoração Eletrônica: Neusa Taeko

